



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E SETE

-----Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas dezoito horas e cinquenta minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **UM:** APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO, A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----

----- **DOIS:** ANÁLISE DA ACTUAL SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS DO ATERRO SANITÁRIO DA RAPOSA (NÚMERO UM DO ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONJUGADO COM O NÚMERO UM ARTIGO OITENTA E SETE DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS). -----

----- **TRÊS:** ANÁLISE DISCUSSÃO E TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS **CIRVER** – CENTROS INTEGRADOS DE RECUPERAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS NO CONCELHO DA CHAMUSCA E POSSÍVEIS EFEITOS SOBRE A SAÚDE E BENS NO NOSSO MUNICÍPIO. (NÚMERO UM ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONJUGADO COM O NÚMERO UM ARTIGO OITENTA E SETE DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

----- **QUATRO:** ANÁLISE DO PARECER DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS SOBRE O QREN (QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL) (NÚMERO UM ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONJUGADO COM O NÚMERO UM ARTIGO OITENTA E SETE DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS. -----

----- **CINCO:** OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL DE ACORDO COM AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA ALÍNEA **Q** E **R** DO NUMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO TRAÇO **A** BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS. -----

----- Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do numero um, alínea **b** do artigo cinquenta e quatro da Lei numero cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei numero cinco traço **A** barra dois mil e dois de onze de Janeiro, conjugado com o numero um alínea **b** do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; Armindo Castelo Bento (Presidente da Assembleia Municipal), Teresa Isabel Almeida Filipe (Secretária da Assembleia Municipal), Carlos Manuel Russo Mota (primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal); os deputados municipais, José Assunção Santo Alfaiate; António Marinheiro Miguel; Armindo Silva Gerardo; Carlos Manuel Alves Paulo; Augusto Felício Reguinga; José Manuel Brito Lopes; Sónia Isabel Campos Silva Colaço; José da Conceição Rodrigues Mouco; Sílvia Isabel Evangelista Bento Fonseca; João Miguel Gonçalves Lopes; Carlos Alberto Roxo Cardoso; Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente de Junta de Almeirim); Amândio Braulino Freitas (Presidente de Junta de Benfica do Ribatejo); Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); e José David Ventura Gouveia (Presidente de Junta da Raposa); do Executivo Municipal o Senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente da Câmara Municipal); Pedro Miguel César Ribeiro (Vice-Presidente); Francisco Manuel Maurício do Rosário (Vereador); Maria Joana Vidinha Baptista e Morais Silvestre (Vereadora); Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos (Vereador) e José Carlos Silva (Vereador). -----

----- Registam-se, assim, as faltas dos senhores deputados municipais: Jorge Alexandre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

de Castro Videira Veiga Dias; Luís Filipe Tendeiro Freitas; Domingos Manuel Monteiro Martins; Cândidos dos Santos Serôdio; Paulo Rui Marques Olivença Almeida; Maria José Duarte Serôdio Dias e Pedro António Mendonça Ramos. -----

----- Sendo dezoito horas e cinquenta minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia, aberta a sessão. -----

----- O, membros em falta, que não enviarem qualquer documento que permita à mesa da Assembleia Municipal considerar-lhes a falta como justificada, no prazo previsto no Regulamento, esta será dada como injustificada. -----

-----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea A do Regimento)-----

----- * **Votação da Acta da Sessão Ordinária de vinte e oito de Dezembro de dois mil e seis:** Aprovada por unanimidade, com dezasseis votos a favor, dez do grupo do PS, três do grupo do PPD/PSD e três do grupo da CDU e duas abstenções: uma do grupo do CDS-PP; e uma do grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

BRITO LOPES (grupo do CDS-PP)»» A minha abstenção deve-se a não ter estado presente na reunião da Sessão Ordinária de vinte e oito de Dezembro de dois mil e seis. --

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

SÓNIA COLAÇO (grupo da CDU)»» A minha abstenção deve-se a não ter estado presente na reunião -----

Entraram já no decorrer da reunião os seguintes de vogais: Do grupo do Partido Socialista; Jorge Alexandre de Castro Veiga Dias; Domingos Manuel Monteiro Martins; Paulo Rui Marques Olivença e Maria José Duarte Serôdio Dias. -----

-----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea B do Regimento)-----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de vinte e oito de Dezembro de dois mil e seis, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

----- **A ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses**, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: - Boletim da ANMP, referente ao mês de Janeiro de dois mil e seis; Ofício/circular a dar conhecimento da publicação do regime jurídico do sector empresarial local; Ofício/circular a enviar o Parecer do QREN; Ofício/circular a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

enviar a tabela de remunerações, despesas de representação, compensação para encargos e senhas de presença dos eleitos locais para dois mil e sete-----

----- **O Grupo Parlamentar do Partido Comunista, enviou a esta Assembleia** ofício a enviar cópia do requerimento apresentado pela deputada Luísa Mesquita, sobre as Parcerias público-privadas para intervenção no Património. -----

-----**A CULT**, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: - Fax a solicitar o extracto da acta sobre o aumento do capital das Águas do Ribatejo; Ofício a convidar o Presidente da Assembleia para o Seminário sobre a Agenda XXI da Lezíria do Tejo; Ofício a convidar o Presidente da Assembleia para o Seminário sobre a Agenda XXI – Ensino e qualificação; Ofício a convidar o Presidente da Assembleia para o Seminário sobre a Agenda XXI – Ambiente e Património Natural; Ofício a convidar o Presidente da Assembleia para o Seminário sobre a Agenda XXI – Empresas Inovação e Competitividade. -----

----- **O Grupo PPD/PSD**”, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: - Ofício/convite para assistir a um debate sobre a interrupção Voluntária da Gravidez; Ofício a dar conhecimento do requerimento apresentado na Assembleia da República pelos deputados eleitos do PSD sobre a redução das ajudas directas aos agricultores no Distrito de Santarém. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo** enviou a esta Assembleia Municipal a seguinte documentação: -; Um Convite dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia para a cerimónia de assinatura do Protocolo no âmbito do Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil – PETI no dia seis de Fevereiro de dois mil e sete na sala de Reuniões do Município do Cartaxo. -----

----- **A Presidência do Conselho de Ministros** enviou a esta Assembleia Ofício sobre Comemorações do ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para todos em dois mil e sete – Convite à participação em Iniciativas sobre o Direito à Igualdade e não Discriminação. -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almeirim**, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício a enviar resposta da RESIURB para ser reenviada ao Grupo do CDS/PP.-----

----- **O Sindicato STAL** enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: -----

----- **O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Almeirim**, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício a solicitar uma reunião da Comissão de Toponímia. Ofício a remeter dois convites para o jogo de Futsal- Portugal/Israel-----

----- **Pedidos de justificação de falta enviados à Assembleia Municipal pelos**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

seguintes membros da Assembleia: Sr.^a Sónia Maria de Almeida Coelho; Sr.^a Maria Bernardina Andrada; Sr.^a Patrícia Alexandra de Oliveira Correia Borges; Sr. José Rodrigues; Sr. Tiago Alexandre Campos da Silva Marques e a Senhora Maria José Carvalho Marques Cardoso, por não poderem estar presente nesta sessão. -----

-----PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO-----

O Presidente da Assembleia Municipal de Almeirim deu conhecimento dos seguintes documentos: Pedidos de substituição nos termos do disposto no artigo setenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro: José Manuel Bento Sampaio; Sónia Coelho e Maria Bernardina Andrada. -----

----- Os referidos Vogais Municipais irão ser substituídos pelos eleitos que se seguem na correspondente lista, respectivamente. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» – Informo os senhores Vogais Municipais que se encontra à disposição de quem se mostrar interessado numa leitura mais atenta e pormenorizada, a correspondência apresentada resumidamente para toda a Assembleia. --

----- A Mesa da Assembleia não tem nenhuma documentação para entregar de assuntos que tenha sido solicitada à Câmara. -----

----- Relativamente às Actas em falta, respeitantes às reuniões da Sessão de Abril do ano transacto, cumpre-me informar que o assunto foi tratado com o Senhor Presidente da Câmara, ficando este encarregue de determinar quem, quando e como vão ser elaboradas. -----

----- Uma vez que foi feito um registo magnético, apenas se fará referencia às intervenções feitas durante as Sessões da Assembleia. -----

----- O facto deve-se à sua não elaboração e apresentação em devido tempo pelo então designado funcionário que acompanhava os trabalhos da Assembleia. -----

-----PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----ASSUNTOS DE RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea C do Regimento)-----

----- PRESIDENTE DA JUNTA DE BENFICA»» Gostaria de tecer algumas considerações sobre uma questão que me parece de grande interesse na Freguesia de Benfica do Ribatejo-----

----- Todos os presentes conhecem a situação da falta de um médico na Freguesia de Benfica. A Junta de Freguesia, convocou uma conferência de imprensa, para fazer chegar aos órgãos de comunicação social e governantes, as preocupações da população de Benfica, sobre a falta de um médico no Posto da Freguesia. -----

----- Estas preocupações foram enviadas ao Governador Civil, serviços de Saúde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Concelhios, Presidente da Câmara de Almeirim e Presidente da Mesa Assembleia Municipal, no sentido de informar qual é a posição da população e da Junta de Freguesia, relativa a esta matéria. -----

----- Devo informar a Assembleia, que estamos a criar uma Comissão de Utentes, por vontade da população, visto que há mil e trezentos utentes sem médico de família. -----

JOÃO LOPES (grupo do PPD/PSD) »» Tenho duas intervenções para apresentar no Período Antes da Ordem do Dia, Uma ao abrigo da alínea **C** do artigo vigésimo quarto e outra ao abrigo da alínea **D do Regimento**. -----

-----Interpolação à Mesa-----

JOÃO LOPES (grupo do PPD/PSD)»» E uma terceira intervenção que é uma chamada de atenção à Mesa. -----

----- Na convocatória que foi distribuída os pontos dois, três e quatro são deliberados ao abrigo do artigo vigésimo primeiro do Regimento e do número um do artigo oitenta e sete da nossa Lei Orgânica. Como há uma incorrecção, agradecia que a mesma fosse corrigida. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Tem toda a razão, quando se chegar a essa situação, faremos a devida correcção. -----

-----ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL-----

----- (Intervenção ao abrigo da alínea C do artigo vigésimo quarto do Regimento) -----

JOÃO LOPES (grupo do PPD/PSD)»» Gostaria de dizer que tem havido muitas notícias na comunicação social sobre a Câmara de Almeirim e, simultaneamente houve a publicação de um “*post*” num blogue intitulado “Blogue de Almeirim”, supostamente assinado pelo Senhor Presidente da Câmara, dirigida ao Ex-Vereador João Renato. Não sei se é verdade ou não, que este *post* seja da sua autoria? De qualquer forma entendi chamar à atenção, uma vez que algumas coisas que aqui são ditas, configuram crime, dado se afirmar que houve contratação de pessoas por cunhas.-----

----- Gostava de saber se esta carta foi redigida por si? -----

----- A carta, refere pessoas como tendo sido supostamente admitidas por cunha: uma sobrinha do professor João Renato e cinco familiares do Doutor Armindo Bento. -----

----- Há ainda uma resposta sua no Mirante, por causa de um concurso interno. -----

----- Quero-lhe dizer que fiquei, e o PSD ficou muito surpreendido com esta resposta. ---

-----Ninguém coloca em causa, que o Senhor Presidente e todos os membros do executivo, têm o direito de escolher as pessoas, que acham que são as melhores e mais competentes para trabalharem convosco. Já não é correcto, e gostaria de saber se me confirma que o documento publicado é seu, que um Presidente da Câmara Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

ponha em causa uma acta feita por uma comissão constituída de forma legal composta por dois membros do seu executivo. É lamentável que o então Vice-Presidente da Câmara Municipal Francisco Maurício seja posto em causa por não ter escolhido como vencedor do concurso a actual chefe de gabinete do Presidente da Câmara de Almeirim. Afinal o Sr. Presidente da Câmara queria um concurso honesto ou queria que a sua Chefe de Gabinete ganhasse sem olhar a meios? -----

----- Está um cartaz de oito/m por três/m junto ao pretense Centro Coordenador de Transportes que anuncia obras da Câmara Municipal de Almeirim. Dado que no período da campanha eleitoral estava no mesmo sítio um cartaz do PS que inclusive tinha a cara do Sr. Presidente da Câmara gostaria de saber, dado que o cartaz não refere quem é o proprietário, e me foi dito que a estrutura nunca saiu dali, se aquela estrutura é ou não do PS e porque motivo o Município de Almeirim está a utilizar um *outdoor* de um partido político e quais as contrapartidas pelo uso do mesmo. -----

----- Houve uma situação que levantei na última Assembleia Municipal, por causa de uma expropriação no parque das Laranjeiras. -----

----- Tenho aqui as declarações de utilidade pública para expropriação com carácter de urgência. Nas duas expropriações, na Rua Febo Moniz e no quarteirão da Câmara as declarações de utilidade pública com carácter de urgência de expropriação, referem que a urgência se justifica pela necessidade de não existir alternativas de estacionamento, tendo em conta que no início de Outubro, estamos a falar do ano de dois mil e um, se inicia as obras, com movimentação de terras e escavações de construção do parque de estacionamento subterrâneo na Praça Lourenço de Carvalho. -----

----- Gostaria de saber se vai ou não haver Parque de Estacionamento Subterrâneo? Não vi nada no PPI para dois mil e sete. A verdade é que foi feita uma expropriação com carácter de urgência para essa obra especificamente. Não sei se os donos dos terrenos, podem pedir ou não a reversão dos terrenos a seu favor? -----

-----Gostava de manifestar o desagrado do PSD pelo facto de ultimamente serem inauguradas algumas obras, como é o caso da Rotunda junto às Finanças, e não ser dado conhecimento aos Vereadores da oposição. -----

----- Parece-nos um espírito pouco democrático. -----

-----PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----**ASSUNTOS DE RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL**-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea F do Regimento)-----

SÓNIA COLAÇO (grupo da CDU)»» a minha intervenção é para ler uma Moção que apresentei à Mesa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

-----MOÇÃO RECOMENDAÇÃO-----

Considerando que a escola é um local de aprendizagem, não só de conhecimentos mas também de sentimentos e como tal tem o papel fundamental na formação cívica e pessoal;

----- Considerando que no nível pré-escolar e primeiro ciclo, as crianças tem especial necessidade de serem devidamente acompanhadas pelos seus educadores, sendo por isso importante a existência da escola perto de casa; -----

----- Considerando que a escola contribui para a integração da criança na comunidade onde vive; -----

----- Considerando que a existência da escola é um factor de auto estima nas localidades, sobretudo rurais; -----

----- Considerando que a escola primária, em funcionamento num determinado local é também um factor positivo para o desenvolvimento e fixação de população jovem nesse mesmo local; -----

----- Considerando que a Carta Educativa do Concelho de Almeirim, aprovada por esta Assembleia e já homologada pelo Ministério da Educação, não previa o encerramento de nenhuma escola do ensino básico e primeiro ciclo, sendo um aspecto positivo e consensual entre todos os membros desta Assembleia. -----

----- É com alguma apreensão que assistimos à possibilidade, expressa pela DREL junto dos Agrupamentos de Escola do nosso Concelho e da Câmara Municipal, de fechar as escolas primárias com menos de vinte alunos, nomeadamente em Marianos, Raposa e Tapada. -----

----- Por isso a Assembleia Municipal de Almeirim manifesta a sua preocupação e reafirma as orientações aprovadas na Carta Educativa de manter em funcionamento todas as escolas do Concelho. -----

----- A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal de Almeirim que junto das entidades competentes manifeste o seu desacordo em relação à intenção do encerramento das escolas primárias acima referidas. -----

----- Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete. O grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Trata-se de uma Moção Recomendação que tem que ser votada. -----

----- Algum membro da Assembleia quer intervir sobre esta matéria? -----

----- * **Votação da Moção Recomendação sobre o encerramento de três escolas no Concelho de Almeirim: Aprovado por Unanimidade** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

PAULO RUI (Grupo do PS) »» Gostava de dizer que a rotunda das Finanças é uma obra útil e muito bonita, e enaltecer o início das obras da circular urbana. -----

CARLOS CARDOSO (Grupo do PS) »» O Presidente da Junta de Freguesia de Benfica refere um problema que nos afecta a todos, não é só Benfica do Ribatejo, mas sim em todo o Concelho. São cerca de três mil e quinhentos utentes que não tem médico de família. -----

----- Uma acção conjunta, promovida nesta Assembleia, teria outros efeitos. -----

----- Quanto à Comissão de utentes, penso que se devia estender ao Concelho e não confinada a Benfica do Ribatejo. -----

-----PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----**ASSUNTOS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea D do Regimento)-----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a este ponto, o Grupo do PSD gostava de informar que voltou a apresentar os dois requerimentos apresentados em dois mil e cinco, e que não obtiveram resposta, e voltou a apresentar o requerimento entregue à Mesa da Assembleia Municipal de vinte e oito de Dezembro de dois mil e seis. -----

----- Existem prazos para cumprir, relativamente às respostas a estes requerimentos. ----

----- Nós pretendemos uma resposta célere, no prazo de quinze dias. A partir dessa data o PSD delega no seu Vereador, para que este apresente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria estes mesmos requerimentos. -----

----- Gostava de informar que o PSD apresentou à Mesa da Assembleia, mais sete requerimentos que vou passar a ler: -----

-----**Requerimento n.º Um/AM/PSD/Zero Sete**-----

O Grupo do PPD/PSD - Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vem, nos termos do artigo cinquenta e três, número um, alínea f) da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, formular à Câmara Municipal de Almeirim, pelo Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, as seguintes perguntas: -----

----- Considerando que o artigo trinta e oito do Decreto-Lei número cento e trinta e cinco barra noventa e nove de vinte e dois de Abril, estabelece, no seu número um, que «Os serviços e organismos da Administração Pública ficam obrigados a adoptar o livro de reclamações nos locais onde seja efectuado atendimento de público, devendo a sua existência ser divulgada aos utentes de forma visível». -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

----- Considerando que as autarquias locais reconhecem a necessidade de existir um suporte adequado e uniforme ao registo de eventuais reclamações de utentes no quadro dos municípios e freguesias. -----

----- Considerando que o modelo do livro de reclamações aplicável às autarquias locais consta da portaria seiscentos e cinquenta e nove barra dois mil e seis de três de Julho e está em vigor há vários meses. -----

- Possui a Câmara Municipal um livro de reclamações conforme disposto na lei? -----
- Desde que data este se encontra disponível? Em que locais? -----
- Quantas queixas foram feitas e sobre que departamento? -----
- Quais os motivos de cada uma das queixas? -----
- Que medidas foram tomadas no sentido de evitar queixas futuras? -----

----- Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete. O Grupo do PPD/PSD. -----

-----Requerimento n.º Dois/AM/PSD/Zero Sete-----

O Grupo do PPD/PSD - Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vem, nos termos do artigo cinquenta e três, número um, alínea f) da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro de Setembro, alterada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, formular à Câmara Municipal de Almeirim, pelo Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, as seguintes perguntas: -----

----- Considerando que a Lei número cinquenta e três, traço **E** barra dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, regula as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às autarquias locais. -----

----- Considerando que o artigo treze da citada Lei refere que **“As autarquias locais devem disponibilizar, quer em formato papel em local visível nos edifícios das sedes e assembleias respectivas, quer na sua página electrónica, os regulamentos que criam as taxas previstas nesta lei”**. -----

----- Considerando que não há evidências que a Câmara Municipal de Almeirim tenha dado cumprimentos às disposições normativas acima referidas. -----

----- Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no artigo treze da Lei número cinquenta e três traço **E** barra dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, o Grupo do PPD/PSD – Partido Social Democrata vem colocar as seguintes questões à Câmara Municipal de Almeirim: -----

- Onde tem a Câmara Municipal as publicações obrigatórias? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

- Porque a página da *net* da Câmara Municipal não tem a publicidade obrigatória? ---
- Que medidas vão ser tomadas no sentido de corrigir estas omissões? -----

----- Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete. O Grupo do PPD/PSD. -----

-----Requerimento n.º Três/AM/PSD/Zero Sete-----

O Grupo do PPD/PSD - Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vem, nos termos do artigo cinquenta e três, número um, alínea f) da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, formular à Câmara Municipal de Almeirim, pelo Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, as seguintes perguntas: -----

----- Considerando que o Decreto-lei quatrocentos e quarenta e um barra noventa e um de catorze de Novembro, contém os princípios que visam promover a segurança, higiene, e saúde no trabalho, nos termos do disposto dos artigos cinquenta e nove e sessenta e quatro da Constituição da República Portuguesa. Tendo em atenção que no artigo segundo refere que o diploma aplica-se (...) aos trabalhadores (...) da administração pública local (...). -----

----- Considerando que o Decreto-lei cento e quarenta e um, barra noventa e cinco de catorze de Junho, estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança, higiene, e saúde no trabalho. -----

----- Considerando que este último diploma é regulamentado pela Portaria mil quatrocentos e cinquenta e seis traço A, barra noventa e cinco de onze de Dezembro. ----

- Porque a Câmara Municipal de Almeirim não tem sinalização reflectora colocada (em quantidades mínimas)? -----
- Porque não estão afixados quadros com os caminhos de emergência? -----
- Que medidas vão ser tomadas no sentido de corrigir as omissões? -----

----- Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete. O Grupo do PPD/PSD. -----

-----Requerimento n.º Quatro/AM/PSD/Zero Sete-----

O Grupo do PPD/PSD - Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vem, nos termos do artigo cinquenta e três, número um, alínea f) da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, formular à Câmara Municipal de Almeirim, pelo Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, pedir os seguintes elementos: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

- Cópia de todos os acordos / protocolos em vigor com a Santa Casa da Misericórdia de Almeirim. -----

E formular as seguintes perguntas: -----

- Caso não haja acordo escrito relativo, à demolição e ao alcatroamento do edifício da antiga sede dos Tigres e arranjos do edifício da antiga sede do UFCA, ambos propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Almeirim, quais são os termos? -----
- Qual a garantia em como a Santa Casa da Misericórdia de Almeirim vai cumprir este último acordo? -----
- Vai haver acordo escrito? -----

----- Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete. O Grupo do PPD/PSD. -----

-----Requerimento n.º Cinco/AM/PSD/Zero Sete-----

O Grupo do PPD/PSD - Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vem, nos termos do artigo cinquenta e três, número um, alínea f) da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, formular à Câmara Municipal de Almeirim, pelo Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, as questões abaixo identificadas: -----

----- Durante o ano de dois mil e seis, a Vereação do PPD/ PSD formulou ao Presidente da Câmara Municipal de Almeirim informações sobre a poluição da Vala de Alpiarça, na medida em que têm aparecidos peixes mortos na ribeira, o que revela a existência de focos de poluição; -----

----- Tendo em vista a obtenção de documentação sobre a poluição da Vala de Alpiarça, a Vereação do PPD/ PSD solicitou informações à Comissão Coordenadora Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a qual veio informar que não tinha informações sobre a poluição da ribeira; -----

----- Apesar das várias diligências, algumas delas de natureza policial, até ao presente momento, ainda não se promoveram as diligências sérias e credíveis com vista a apurar, o seguinte: focos de poluição – caracterização química e bacteriológica da água -, caracterização analítica do efluente da ETAR Almeirim/Alpiarça, registo de licenças de descargas no meio ambiente; -----

----- A Vereação do PPD/ PSD tem conhecimento que a Câmara Municipal de Almeirim, ainda durante o anterior mandato, terá celebrado um protocolo com o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil para proceder a uma análise da situação acima descrita. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

----- Até à presente data, o Presidente da Câmara Municipal de Almeirim ainda não facultou cópia do protocolo celebrado com o LNEC, nem fez qualquer ponto de situação sobre as medidas já tomadas para combater este foco de poluição na Vala de Alpiarça; ----

----- Considerando que a poluição da Vala de Alpiarça poderá estar associada a vários focos de poluição, o PPD/ PSD levanta suspeições sobre o funcionamento da ETAR Almeirim/ Alpiarça que poderá não estar a funcionar de acordo com os procedimentos legalmente estabelecidos. -----

----- Considerando também que o Núcleo de Investigação Criminal da Guarda Republicana tem investigado esta situação, mas contudo desconhece-se se forma apurados indícios conclusivos ou se as entidades responsáveis pelo sector estão a colaborar na descoberta das fontes de poluição; -----

----- Considerando que esta situação poderá ser **“uma verdade inconveniente”** para alguns responsáveis políticos dos variados sectores da Administração Pública, sabendo que, a manter-se esta situação de inércia, poderá haver danos para o meio ambiente e para a qualidade de vida dos cidadãos do Concelho. -----

----- Demonstrativo desta situação, é também o caso dos resíduos tóxicos existentes nas antigas instalações da fábrica “SOPEPOR”, que, apesar das várias diligências do PPD/PSD, a população de Almeirim tem sido brindada com a inércia política para a resolução do problema. -----

----- Face ao exposto, e em defesa dos interesses legítimos legalmente tutelados, solicita-se informação sobre o seguinte: -----

- Já foi feito algum estudo pelo LNEC sobre a Vala? Qual o resultado do mesmo? -----
- As descargas da estação de tratamento (ETAR) Almeirim/Alpiarça são feitas para onde? -----
- Ainda se encontram depositados nas antigas instalações da fábrica “SOPEPOR” os resíduos tóxicos? -----
- Está a correr algum processo de natureza criminal sobre a poluição da Vala de Almeirim? A Câmara Municipal de Almeirim pretende constituir-se assistente ou está constituída arguida? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

----- Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete. O Grupo do PPD/PSD. -----

-----Requerimento n.º Seis/AM/PSD/Zero Sete-----

O Grupo do PPD/PSD - Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vem, nos termos do artigo cinquenta e três, número um, alínea f) da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro de Setembro, alterada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, formular à Câmara Municipal de Almeirim, pelo Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, as questões seguintes: -----

- Qual é a viabilidade jurídico - financeira da constituição (plena) da empresa Águas do Ribatejo face à saída do Município de Santarém do grupo dos parceiros públicos? -----
- A ser viável a constituição da empresa, a CULT já avaliou o impacto financeiro e/ou reequilíbrio financeiro para os restantes Municípios? -----
- Em particular quais foram/ são as consequências para o Município de Almeirim?
- A gestão dos fundos aprovados e eram geridos pela CULT vão continuar a ser geridos por ela ou vão ser geridos pelo Município? -----
- Qual será o novo modelo da empresa? O modelo de participações sociais vai se alterar? Vai acarretar mais custos para os municípios aderentes? -----
- Qual é a posição da CULT sobre o futuro das Águas do Ribatejo? -----

----- Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete. O Grupo do PPD/PSD. -----

-----Requerimento n.º Sete/AM/PSD/Zero Sete-----

O Grupo do PPD/PSD - Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vem, nos termos do artigo cinquenta e três, número um, alínea f) da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro de Setembro, alterada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, formular à Câmara Municipal de Almeirim, pelo Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, as questões abaixo indicadas: -----

----- Com base em testemunhos da população de Paço dos Negros e as evidências arqueológicas existentes no Paço Real de Paço dos Negros, estas últimas que se encontram referenciadas na Carta Arqueológica de Almeirim, o PPD/PSD manifestou a sua posição contra um licenciamento urbanístico próximo do complexo, dado que nesses terrenos agrícolas contíguos – segundo os testemunhos dos locais que encontravam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

vestígios soltos de peças arqueológicas – poderia haver material com relevância arqueológica; -----

----- Tendo em vista a realização de uma prospecção sobre os vestígios arqueológicos no local, a Câmara Municipal de Almeirim lançou um concurso para seleccionar uma entidade para efectuar as escavações arqueológicas no local; -----

----- Por meio da Vereação do PPD/PSD foi transmitido que o sobredito concurso se encontrava prejudicado, enquanto não se encontrasse resolvido a questão da realização de escavações arqueológicas em terrenos privados; -----

----- Aliás, quanto a esta questão os serviços jurídicos da Câmara Municipal de Almeirim apresentaram um parecer jurídico que mereceu fortes críticas estruturais do PPD/ PSD, dado que se tratava da prolação de um acto administrativo lesivo da esfera jurídica do particular; -----

----- As únicas diligências conhecidas sobre esta matéria foi que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim iria encetar contactos com o proprietário do terreno para apurar sobre a possibilidade de realização de escavações arqueológicas, desconhecendo-se o desfecho desta situação. -----

----- Só através da presente informação escrita que, o PPD/ PSD tomou conhecimento que estranhamente já se realizaram as escavações no local, desconhecendo-se em que termos decorreu o processo. -----

----- Face ao exposto, o Grupo do PPD/PSD – Partido Social-democrata vem apresentar as seguintes questões e pedidos: -----

- Em que data o proprietário do terreno (objecto das escavações) deu autorização para a realização dos trabalhos arqueológicos? -----
- Qual foi a modalidade concurso escolhida para a selecção do concorrente? -----
- Qual foi o valor da adjudicação? -----
- Em que data ocorreu a adjudicação? Qual é o nome do concorrente vencedor? -----
- O vencedor do concurso pediu autorização ao IPA para a realização das escavações arqueológicas? -----
- Cópia do plano de intervenção no terreno para efectuar escavações. -----
- Relatório do “trabalho de campo realizado”. -----
- Em resultado do indeferimento do pedido de informação sobre o licenciamento, o proprietário apresentou algum pedido de impugnação contenciosa? -----
- A Câmara Municipal de Almeirim vai desencadear algum processo de classificação do complexo do Paço Real de Paço dos Negros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

----- Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete. O Grupo do PPD/PSD. -----

----- **(Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua)** -----

----- (Número dois do artigo trigésimo quarto do Regimento) -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Começo pela última parte, para pedir ao senhor deputado, que junte aos sete requerimentos, fotocópias dos dois primeiros. Não houve intenção de não cumprir os prazos de resposta. -----

----- Juntarei a resposta dos dois, as sete que entretanto apresentou. -----

-----Em relação às questões que foram feitas, e às respostas que viu no blogue, quero-lhe dizer que não vou fazer nenhuma referencia especial sobre esse assunto, no entanto tenho pena que só tenha reparado nas minhas respostas, e não tenha reparado nas outras coisas que entretanto foram publicadas. E ficamos por aqui. -----

----- Em relação à estrutura junto ao Centro Coordenador de Transportes, realmente já lá estive uma fotografia minha. Essa estrutura diz respeito a essa campanha eleitoral. O que lá está afixado neste momento é iniciativa da Câmara. Está numa estrutura que lhe foi facultada, sem nenhum encargo para a Câmara. -----

----- Em relação à expropriação com carácter de urgência, que no documento de dois mil e um, que acaba de ler, e, embora eu não tenha presente os termos em que foi redigido, posso no entanto dizer-lhe que dada a possibilidade que recentemente nos surgiu de adquirir um terreno, que na altura não estava disponível. O facto de ter aparecido um terreno que nos possibilite de fazer neste momento um parque de estacionamento no centro da cidade com muito menos dispêndio para a autarquia, nós como é evidente preferimos isso, a fazer um parque de estacionamento subterrâneo, que é bastante mais dispendioso. -----

----- Em relação à inauguração da Rotunda das Finanças, tanto quanto sei, não houve inauguração, mas sim uma abertura ao público. -----

----- Em relação ao encerramento das escolas, que a senhora deputada apresentou na Moção, acho que é de fazermos tudo para evitar o fecho das mesmas. -----

----- Devo-lhes dizer que Segunda-feira tenho uma reunião marcada com o senhor Director Regional da Educação, precisamente para marcar uma posição bem firme por parte da Câmara, contra o encerramento das escolas. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O assunto seguinte da Ordem de Trabalhos é a apresentação de um Voto de Saudação. -----

----- (alínea E do artigo vigésimo quarto do Regimento) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

CARLOS MOTA (Grupo do PS) »» O voto de Saudação que o Grupo do PS apresenta nesta Assembleia, é sobre O Zeca Afonso. -----

-----VOTO DE SAUDAÇÃO-----

----- Hoje, dia vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete, assinala-se como efeméride “vinte anos sobre a morte de José Afonso” – Esta importante figura do vinte cinco de Abril, autor da célebre canção “Grândola Vila Morena”, uma das senhas da Revolução dos Cravos, desempenhou um papel fundamental na luta contra a ditadura e a liberdade de expressão, antes e pós vinte cinco de Abril. -----

----- Curvemo-nos em sua memória. -----

----- Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete, O Grupo do Partido Socialista. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar à votação do Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo do Partido Socialista sobre essa figura importante da canção de intervenção em Portugal, um compositor notável, que soube de modo hábil, traduzir a vivência tradicional de um país em palavras de protesto. -----

----- Como ele disse um dia: «Semeio palavras na música. Não tenho pretensões de dar a estas minhas deambulações pela música popular qualquer outro rótulo. Faço apenas canções. A canção insere-se sempre dentro de um processo. A sua eficácia depende do processo em que se insere. A sua importância depende da vastidão desse processo.» -----

----- * **Votação do Voto de Saudação proposto pelo grupo do PS: Aprovada por Unanimidade.** -----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Decorreu recentemente um acto eleitoral, relacionado com a IVG – Interrupção Voluntária da Gravidez, que no nosso Concelho correu dentro do civismo e da razoável participação. -----

----- Em nome do Grupo da CDU, gostaria de saudar todos os que participaram neste acto eleitoral, independentemente do seu sentido de voto que tomaram. -----

----- Sobre as notícias que circulam nos diferentes órgãos de comunicação social e Blogues, e, partindo do princípio que houve afirmações ofensivas para com um membro do Júri do concurso para Chefe de Secção, desejar que seja instaurado o competente processo disciplinar ou processo de inquérito. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar ao Período da Ordem do Dia.-----

-----ORDEM DO DIA-----

----- (alínea E do número um do artigo quarto do Regimento) -----

UM - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

ARTIGO CINQUENTA E TRÊS, DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO, A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

----- (alínea b do número sete do artigo vigésimo quinto do Regimento) -----

JOSE ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Na informação escrita da Câmara à cerca do ponto relacionado com as escavações junto ao Pórtico de Paço dos Negros, e, numa visita ao local, parece não ter havido nenhuma escavações, contrariando o que vem escrito na informação escrita. -----

----- Partindo do princípio que a informação é verídica, gostaria de pedir ao executivo o relatório sobre as escavações, a data em que se processaram, e, nomeadamente a área onde foi feita a intervenção, na área pública ou privada, uma vez que a informação diz que foi feita numa área contigua ao Pórtico. -----

----- Já referi por diversas vezes nesta Assembleia, a falta de informação de acordo com a Lei, nomeadamente dos processos existentes no Tribunal Administrativo, e outros elementos que nunca foram fornecidos. -----

----- Como mais uma vez a Assembleia não recebeu os elementos a que tem direito. Vou relatar sucintamente alguns dos processos que decorrem neste momento contra o Município de Almeirim, nos Tribunais Administrativos: -----

----- Há um processo movido, cujo autor é o senhor José Manuel da Silva Fidalgo e o réu a Câmara Municipal. -----

----- Existem dois processos movidos pela TMN, com os números mil cento e noventa e um barra zero seis e mil, cento e noventa e dois barra zero seis, cujo réu é a Câmara Municipal de Almeirim. -----

----- Existe um outro processo administrativo, com o número mil trezentos e quatro barra zero seis, movido por uma empresa chamada CITACIM – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. -----

----- Não queria prestar uma informação exausta, já que esse é um direito da Assembleia, a que o senhor Presidente da Câmara tem sistematicamente faltado. Certamente na tentativa de esconder estes elementos a este Órgão Autárquico. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PSD) »» Relativamente à Informação Escrita, houve aqui duas coisas que nos saltaram à vista, por isso originaram dois dos requerimentos que li a pouco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

----- Um deles é realmente a escavação no terreno contíguo ao Pórtico de Paço dos Negros e o outro tem a ver com a recuperação da antiga sede da União Futebol Clube de Almeirim e do parque de estacionamento frente ao Tribunal de Almeirim. -----

----- Relativamente às contas, ainda não há muito para falar sobre elas, dado que só passou cerca de um mês. Ainda é muito cedo para estar a fazer uma análise séria, relativamente à tendência das mesmas. -----

----- **(Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua)** -----

----- (alínea c do número sete do artigo vigésimo quinto do Regimento) -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Em relação às escavações, cumpre-me informar que as mesmas foram feitas em terreno privado . Enquanto estavam a decorrer, nós fizemos uma visita ao terreno, e, nesse mesmo dia chamamos a estar connosco, para fazer uma observação, uma pessoa muito mais habilitada do que nós, o Doutor Eurico Henriques como Presidente da Associação de Defesa do patrimónios histórico e Cultural do Concelho de Almeirim. -----

----- Ele atestou connosco que nas escavações feitas no terreno privado, não tinha sido encontrado nenhum vestígio que pudesse ser salvaguardado. Aconselhou-nos, isso sim, a fazer algumas escavações doutro tipo, mas dentro do recinto que é propriedade do Município, anexo ao Pórtico, que pudesse, eventualmente virem a aparecer vestígios que merecessem ser preservados e mostrados a quem entendesse visitar aquele espaço. Devo-lhes dizer que o pedido de classificação do Pórtico já decorreu há muito tempo atrás, e por parte do IPPAR foi recusada qualquer classificação. Por isso, veio a libertar os terrenos na sua envolvente, e, daí terem aparecido terrenos que mudaram de proprietário, precisamente pela libertação que o IPPAR fez directamente aos proprietários dos terrenos. -----

----- Dizer ainda que consideramos a Santa Casa da Misericórdia, como uma entidade de boa fé, e que tem uma gestão responsável, que honra os seus compromissos, e pelo facto de ter um acordo verbal, nem por isso deixa de ser uma entidade que merece da nossa parte toda a credibilidade, porque se dedica a objectivos e causas nobres, por isso merece o nosso apoio. -----

----- Em relação a alguns processos que foram aqui citados, quero-lhes dizer que alguns deles não temos conhecimento. -----

----- Eu não tinha conhecimento que o José Manuel da Silva Fidalgo, tinha um processo em tribunal, contra à Câmara. -----

----- Um aspecto que a pouco me esqueci de referir, é que até à presente data ainda não nos chegou o relatório da empresa que fez as escavações. Logo que ele nos seja entregue, não temos nenhum obstáculo em facultar uma cópia a quem o desejar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

JOÃO LOPES (Grupo do PSD) »» Parece que não foi devidamente percebido, Este ponto da Santa Casa da Misericórdia não tem nada a ver com quem é que a Câmara faz acordos. A questão tem a ver com um procedimento da Câmara, e com a salvaguarda das suas garantias, seja com a, b ou c. -----

DOIS: ANÁLISE DA ACTUAL SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS DO ATERRO SANITÁRIO DA RAPOSA (NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PALA LEI CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO CONJUGADO COM O NÚMERO UM DO ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL). -----

BRITO LOPES (Grupo do CDS-PP) »» O Sistema Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Raposa foi inaugurado em cinco de Julho de dois mil, pelo então Ministro do Ambiente José Sócrates. -----

----- Esta infra-estrutura teria uma vida útil estimada de dez anos, sendo que no final de dois mil e nove deveriam estar depositados no local mais de quinhentas e quarenta e duas mil toneladas de resíduos domésticos provenientes de sete Concelhos do Distrito de Santarém. -----

----- A sua gestão foi entregue à Ecoléziria, constituída em cinquenta e um por cento pela Resiurb, associação de municípios que depositam resíduos no aterro e em quarenta e nove por cento por um consórcio privado constituído, ao que apurámos, pela Lena-Engenharia e Construções, S.A. e pela Mota Engil-Engenharia e Construções, S.A. -----

----- Igualmente em Julho de dois mil, José Sócrates tinha garantido uma Central de Triagem e uma Central de Compostagem, que permitiriam reduzir em mais de vinte cinco por cento os resíduos depositados em aterro. -----

----- Em notícia publicada no Mirante em quatro do um de dois mil e seis. Sob o título “Aterro da Raposa vai ser alargado”, Sousa Gomes, Presidente da Ecoléziria, diz que o aterro poderia durar muitos mais anos se paralelamente à entrada em funcionamento do aterro começasse também a funcionar uma Central de Triagem para encaminhamento dos lixos para reciclagem. Citando “Andou-se durante muito tempo a pôr lixos no aterro que não deviam lá estar e que fizeram reduzir a capacidade e vida útil do sistema.” -----

----- Em notícia igualmente publicada no Mirante em nove do um de dois mil e três, a Directora do Instituto Nacional de Resíduos considera que e citando “ A falta de uma Central de Triagem não desculpa tudo. Qualquer um dos três sistemas do Distrito (Raposa, Abrantes e Chamusca) já poderia estar a enviar as embalagens e o papel para reciclagem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

há muito tempo. Eles podem negociar com outros sistemas em prestação de serviço o encaminhamento de resíduos para triagem. Dos trinta aterros do País, vinte e dois têm Central de Triagem e todas com capacidade excedentária. -----

----- Pelo exposto, perguntamos: -----

Um) Porque é que não foi adoptada esta solução, de Julho de dois mil a Dezembro de dois mil e cinco? -----

Dois) Até que ponto a Resiurb estão comprometidos com o alargamento do aterro sanitário da Raposa? -----

----- E propomos: -----

----- Que em vez de se gastar dinheiro no alargamento do aterro, se invista na construção de uma Central de Despolimerização Termal que converta os resíduos em energia, apostando num dos binómios prioritários do QREN dois mil e sete dois mil e treze - ambiente/energia, permitindo-se igualmente que seja ultrapassado o problema das verbas em dívida por alguns municípios ao consórcio privado que explora o aterro, pois esta solução é geradora de receitas e terminando-se também com a recorrente ladainha de se ter de aumentar consideravelmente as taxas de recolha de lixo que as Câmaras cobram aos munícipes. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Começando pela proposta que acaba de ser lida, devo dizer-lhes que é o objectivo de todos os Municípios, que neste momento são parceiros no Aterro da Raposa. Como diz na proposta, seria mesmo uma possibilidade de resolver questões financeiras relacionadas com o aterro. Simplesmente a dimensão do nosso aterro, pelo menos até aqui, veremos se para a frente o vamos conseguir algum interessado, mas a dimensão do aterro até aqui não possibilitava uma exploração duradoura de produção de energias alternativas. Como digo, vamos ver se isso será possível no futuro. -----

----- Em relação à duração do Aterro, ele realmente quando entrou em funcionamento, em cinco de Julho de dois mil, tinha uma previsão de dez anos, em termos de projecto que estava a ser lançado. Neste momento a posição dos resíduos está a ultrapassar a linha do solo, portanto o coberto, neste momento começa a configurar uma elevação. Prevê-se que venha a durar mais sete anos. Isto, ultrapassando a idade previsível no início do seu funcionamento. Porque os cuidados que têm sido utilizados com a deposição dos solos e a sua compactação no aterro permite ultrapassar a idade de funcionamento inicialmente previsível. -----

----- Daqui por sete anos a solução que vamos ter, é a construção de uma nova célula. É evidente que até lá muita coisa vai evoluir, porventura serão outras formas de gerir o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Aterro Sanitário e surgirem outras técnicas, provavelmente do aproveitamento dos próprios resíduos que são depositados no aterro. Neste momento não consigo confirmar-lhe se vai haver um alargamento do aterro na Raposa, e se é essa a solução. -----

----- Existe neste momento um documento ao nível do Ministério do Ambiente, de que a filosofia é de juntarmos os três aterros do Distrito, para conseguirmos uma maior rentabilização. O caminho poderá ser esse! -----

----- Na altura da entrevista não estava a funcionar a Central de Triagem da Chamusca. A Central de Combustagem não está ainda construída, mas a Central de Triagem já está a funcionar, e alguns dos resíduos são encaminhados para essa central de Triagem, sendo aproveitados e encaminhados para reciclador todos aqueles que tem potencialidades para isso, e ficando depositado no aterro da Chamusca todos aqueles resíduos que não tem aproveitamento. -----

----- Dizer que daqui a sete anos vamos seguir este ou aquele caminho, uma vez que tenho um conhecimento muito limitado sobre as técnicas ligadas a esta questão, seria descabido da minha parte. -----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Quando este projecto deu os primeiros passos, há cerca de dez anos, nós manifestamos algumas preocupações, relativamente à execução do mesmo, nomeadamente na questão da impermeabilização dos solos e os níveis friáticos que estavam pouco profundos, a cerca de seis metros de profundidade, e manifestamos igualmente preocupação relativamente à questão da recolha e tratamento das águas lixiviantes, resultantes da exploração do aterro.-----

----- Foram fundamentalmente estas as preocupações que levantamos há cerca de dez anos. -----

----- O Aterro arrancou sem estarem cumpridas todas as exigências fundamentais, nomeadamente as águas lixiviantes e o tratamento das mesmas, e o exíguo depósito para a recolha da quantidade resultante da exploração, levou a que algumas vezes fossem contaminados os terrenos vizinhos, com prejuízo para o Ambiente, correndo águas poluídas directamente para a Ribeira de Muge. -----

----- Este é um dos pontos negativos que apontamos para a exploração daquela infraestrutura. Também na altura da discussão, houve um acordo tácito entre os vários Municípios, que quando houvesse necessidade, ou quando o aterro estivesse completo, seria na área de outro Município que seria instalado o próximo Aterro Sanitário. -----

----- Esperamos que este acordo entre os vários Municípios venha a ser cumprido, e que não seja ampliado o actual Aterro Sanitário. -----

----- Embora o mesmo funcione no nosso Concelho, nós não temos tido, até à data,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

qualquer informação sobre a exploração do mesmo. Ou seja, não sabemos que quantidade de materiais reciclados dentro dos vários tipos têm sido recolhidos, nem se tem aumentado naturalmente a sua separação, de ano para ano, ou se tem estagnado. Não sabemos se são vendidos ou oferecidos, se a separação efectiva que a população faz, tem algum efeito, ou se depois parte dos elementos separados vão para um aterro comum? Enfim temos uma informação extremamente exígua, para não dizer nula, do Aterro Sanitário. -----

----- Para terminar, gostaria que o senhor Presidente do Município, que é simultaneamente Presidente da RESIURB nos fornecesse os elementos anuais, disponíveis, desde que o aterro funciona. Sinteticamente são: - as quantidades por ano e por elemento dos produtos recicláveis, as quantidades em toneladas depositadas pelos vários Municípios ao longo dos anos e outros elementos interessantes, para se ajuizar o funcionamento do Aterro. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» As exigências fundamentais na altura da construção do Aterro, que estavam ao alcance da técnica Portuguesa, foram cumpridas. Aquele aterro tinha um parecer favorável da Direcção Regional do Ambiente, que analisou o processo, e deu o parecer necessário para que ele viesse a ser construído. Mesmo a ETAL, que não atingia os índices óptimos, apesar de tudo, atingia o tratamento que era possível conseguir atingir naquele momento em que foi construído. Nada de anormal no funcionamento do aterro, até lhe digo, que é com certeza um dos aterros do país que está a funcionar em melhores condições. -----

Em relação aos resíduos selectivos, quero-lhe dizer que a recolha tem aumentado, dependendo muito da sensibilização da população. Não há duvida que ao longo dos tempos essa sensibilização tem vindo a melhorar os seus hábitos, e por aquilo que se tem falado do Ambiente, em termos dos resíduos sólidos. -----

----- Gostava de lhe dizer que, neste momento recolha dos selectivos tem o seguinte encaminhamento: O vidro vai para um reciclador através da Sociedade Ponto Verde; As embalagens para a estação de triagem da Chamusca; O papel vai para um reciclador de Muge, As pilhas para a Ecopilhas e o plástico da agricultura para um reciclador da Chamusca Abdilopaste, são estes últimos que recebem o plástico proveniente da agricultura. -----

----- O aproveitamento destes resíduos é aquele que tem estado ao nosso alcance. Agora se me perguntar se todos satisfazem plenamente, pois é evidente que não, mas como lhe digo, é uma situação geral no País. E, não exclusiva do Aterro da Raposa. -----

----- Neste momento está entregue o pedido de licenciamento, visto que a exploração do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Aterro, e, desde que a ECOLEZIRIA foi constituída, o aterro passou para a nossa responsabilidade, portanto tudo se tem feito para o licenciamento ambiental, visto que, como lhe digo, o parecer da Direcção Regional do Ambiente, concedido no início do funcionamento desse Aterro, já pressupunha um pré licenciamento, que tem dado cobertura ao funcionamento do aterro. No entanto, e, embora a legislação vigente preveja o Mês de Outubro de dois mil e sete, para que todos os licenciamentos estejam concluídos, o nosso já está entregue no Instituto de Resíduos. Espero que dentro de muito pouco tempo esteja concluído. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a este ponto, temos apenas algumas questões a levantar, alguns comentários a fazer. -----

----- A RESIURB através do Administrador Delegado, Raul Figueiredo, respondeu a um requerimento do PSD, e confirmou algumas das preocupações e notícias que vêm vinculadas na Comunicação Social. -----

----- Que a RESUIURB não tem licença ambiental, porque a ETAL cuja afinação e exploração da responsabilidade da Engil, não satisfazia os parâmetros legais, estando o licenciamento neste momento em curso com apoio do ISQ. Também, nos informou, relativamente à ETAL que há um projecto que será apreciado através de um concurso a lançar brevemente, com perspectiva de financiamento pelo QREN. Isto significa, nunca será feito em menos de um ano, porque mesmo com o QREN aprovado agora, até ser apresentado o projecto e até que este seja decidido e que venha o subsídio, ainda vai demorar. -----

----- Relativamente às águas provenientes do aterro, fomos também informados que: - “...as águas tem o melhor tratamento possível”. O que é que isto quer dizer? E que efluentes é que são lançados através de emissário subterrâneo na Ribeira de Muge? -----

----- De resto, como saiu à pouco tempo o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II) publicado na portaria cento e oitenta e sete barra dois mil e sete do dia doze de Fevereiro, tirei alguns números dos poucos que falava especificamente da RESIURB, e aquilo que verifiquei, foi que os resíduos de embalagens retornadas para reciclagem, por sistema em dois mil e cinco, a RESIURB tem três virgula oitenta e três por cento do valor Nacional, o que são oitocentas e uma toneladas por ano, o que me parece relativamente pouco, não me parece que fosse uma “estrela da companhia”. O mesmo se aplica no que toca ao número de habitantes por Ecoponto, em que esse mesmo relatório do Estado, refere que na RESIURB são quatrocentos e sessenta e nove habitantes/ecoponto, sendo que a média Nacional é de cerca de quinhentos. Aquilo que me deixou realmente mais abismado neste relatório, relativamente à RESIURB, é que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

quantidade de resíduos de embalagens retornadas em dois mil e três, por quilo e por habitante, é de cinco virgula cinquenta e nove kg/habitante, e a quantidade potencial é de oitenta kg/habitante, por ano. Aqui deixo os meus comentários. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» As informações do senhor vogal, são informações estatísticas, as quais não vou comentar, fazendo no entanto realce para o dado que me ficou, que: “a média dos nossos ecopontos servem quatrocentos e sessenta e nove munícipes, e a média Nacional é de quinhentos”, significa que estamos bastante bem. -----

SÓNIA COLAÇO (Grupo da CDU) »» Já se falou da história deste Aterro, que já é longa. Não quero dizer que a seja realmente boa. O que eu queria acrescentar no entanto, é que realmente esta questão foi desde de sempre acompanhada pelos Verdes na Assembleia da Republica, onde ao longo do tempo tem levantado por diversas vezes, questões e propostas m sede de Orçamento de Estado, e que os Governos sucessivos do PS e PSD, tem votado contra. Estas propostas envolveriam as verbas necessárias que o nosso aterro funcionasse muito melhor, nomeadamente a construção da ETAR, da Estação e da Triagem. -----

----- Outra coisa que gostaria de acrescentar, relativo às águas lixiviantes. Gostaríamos de saber se foram feitas análises a essas águas, que entretanto fizeram contaminação nos terrenos subjacentes, ter acesso a essas mesmas análises, e o que a Câmara tem feito para resolver este problema? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» É evidente que se os Verdes, um Partido com peso na Assembleia da Republica, e que tem a força que nós conhecemos a nível Nacional, não consegue fazer introduzir no Orçamento de Estado uma verba para melhorar os sistemas de tratamento de resíduos sólidos, com certeza que as Câmaras individualmente, ainda tem mais dificuldades. Por isso temos tido dificuldade em obter os meios financeiros necessários para melhorar a nossa ETAL. -----

----- **TRÊS:** ANÁLISE DISCUSSÃO E TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS **CIRVER** – CENTROS INTEGRADOS DE RECUPERAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS NO CONCELHO DA CHAMUSCA E POSSÍVEIS EFEITOS SOBRE A SAÚDE E BENS NO NOSSO MUNICÍPIO. (NÚMERO UM ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO CONJUGADO COM O NÚMERO UM ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Este é um ponto, decidido na Comissão Permanente.-

----- Com o SIMPLEX, o Rui Louraço pensava que hoje teria a resposta ao ofício da Assembleia, através de EMAIL. Tal não foi possível, regista-se a sua intenção. -----

----- Esperamos que o Ministério cumpra a Lei, e nos envie as respostas ao requerimento. -----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, o estudo de Impacto Ambiental não abrange a área do nosso Concelho, algumas das questões não terão resposta. -----

----- A problemática dos resíduos industriais perigosos, ou pelo menos dos não pacíficos, é uma questão de âmbito Nacional e que acabará por afectar o nosso Concelho indirectamente. Quer os CIRVER's venham a ser localizados na Chamusca ou se for dado outro destino, nomeadamente o processo de incineração, cujas experiências estão a decorrer em dois pontos do país. -----

----- Se os CIRVER se localizarem na Chamusca, é natural que de Sul para Norte haja o atravessamento de alguns camiões no nosso Concelho, se vier a ser feita a incineração em alguns pontos dos que estão actualmente em estudo, é natural que venham a atravessar em sentido contrário. -----

----- Portanto, é uma problemática que acabará por existir nesta sociedade em que nós vivemos de uma ou outra forma. -----

----- Quando forem retirados os resíduos tóxicos que ainda estão na SOPEPOR, eles naturalmente, atravessam algumas áreas urbanas do nosso Concelho. Sendo esta uma realidade à qual não podemos fugir, parece que deve haver os correspondentes estudos e actuações, de modo a minimizar o impacto e o desenvolvimento as actividades económicas do nosso Concelho. -----

----- Nesta conjuntura considera importante reactivar uma ideia que tem sido debatida varias vezes nesta Assembleia, que é a importância da construção do IC Três. Consideramos também importante e reiteramos a ideia expressa nos documentos do senhor Presidente da Assembleia, relativamente a uma melhor formação dos Bombeiros, não apenas do nosso Concelho, mas na generalidade, para o combate a incidentes de natureza química, que possam existir. -----

----- Queria ainda referir que consideramos estas soluções dos CIRVER, neste ponto ou noutros pontos do País, uma vantagem inegável, relativamente à incineração dos Resíduos Industriais Perigosos, sobre os quais decorrem experiências nas cimenteiras. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Eu confesso que esta Moção é no fundo aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia disse, é um pouco reescrever a Moção que tinha sido aprovada nesta Assembleia. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Não me vou prenunciar sobre a Moção, como é evidente, uma vez que é uma Moção da Assembleia. -----

----- De qualquer modo gostava de dar conta de algumas diligências que eu próprio tenho feito para conseguir ultrapassar alguns inconvenientes que a construção deste aterro, na Chamusca possa trazer para o nosso Concelho. -----

----- Vou agora fazer uma observação, porque realmente fiquei com ela no ouvido, e gostei de ouvir, é que: "...Construção deste aterro no Concelho da Chamusca ou noutra lugar qualquer, é uma boa solução", eu registei essa, e queria dizer o seguinte: - aquilo que eu tenho feito, e que muito ultimamente fiz, foi uma reunião no gabinete do Senhor Primeiro Ministro para tentar perceber e pressionar a definição do Itinerário IC três, que como sabem neste contexto é extremamente importante, e numa reunião que houve recentemente na Lourinhã da Comissão de Acompanhamento do PROT, tive a oportunidade de intervir para chamar a atenção, que no estudo que estava a ser apreciado naquele momento por todos os presentes, não havia nenhuma referencia ao complexo que está a nascer na Chamusca, incluindo os CIRVER. Portanto todo o complexo que se destina ao tratamento de Resíduos Sólidos, e as implicações que isso tem nos Concelhos limítrofes, portanto pressionei para que fosse incluído no PROT esta problemática. -----

----- Devo dizer-lhes que a mesa que estava a dirigir os trabalhos, aceitou a observação que eu fiz, e penso que a introdução deste tema no Plano Regional de Ordenamento do Território abre a porta a alguma reivindicação que tem sido feitas por nós, incluindo aqui a Assembleia e também no que diz respeito à definição do IC três, com um carácter de urgência, estudos de Impacto Ambiental, enfim tudo aquilo que esteja relacionado com a problemática dos CIRVER da Chamusca. -----

JOSE ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Queria clarificar um pouco a afirmação que fiz. -----

----- Quando eu disse que é uma boa solução, é comparativamente com a incineração nas cimenteiras. Consideramos uma melhor solução do que as outras. Claro que quando disse na Chamusca ou noutra lado qualquer, é desde que seja um local adaptado a cumprir as regras em vigor no País, sendo naquele Concelho ou noutra. -----

----- Penso que ficou clarificado o sentido da minha intervenção. -----

----- * **Votação da Moção do CIRVER da Chamusca: Aprovado por Unanimidade** ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

----- **QUATRO:** ANÁLISE DO PARECER DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS SOBRE O QREN (QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL) (NÚMERO UM ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO CONJUGADO COM O NÚMERO UM ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Algumas notas e parte do parecer do QREN, que os senhores deputados tem, junto da documentação que foi distribuída. -----

----- Dois Cinco Três – para além deste elemento negativo mas claramente indicado (a que se junta a interdição de contratualizar com os programas operacionais temáticos), surgem várias ideias inovadoras que tornam o modelo confuso e burocratizado, complicam e tornam muito pouco atractivo a sua utilização e dificultam a compreensão do tipo de implementação que se pretende: -----

----- A contratualização deve ser objecto de um contrato escrito entre a Associação de municípios NUTS III e a Autoridade de Gestão do PO Regional; -----

----- O contrato, com deveres e obrigações, deve prever “objectivos quantificados a alcançar e a especificação das consequências de eventuais incumprimentos e, bem assim, das responsabilidades formalmente assumidas pelas entidades contraentes no cumprimento das normas e disposição nacionais e comunitárias aplicáveis”; -----

----- O contrato deve ter subjacente apresentação pela Associação de municípios “e subsequente aceitação pela Autoridade de Gestão competente, e de uma proposta de Plano de Desenvolvimento que contemple intervenções supra-municipais, articuladas entre si”; -----

----- “a proposta de Plano de Desenvolvimento deverá incluir (...) a identificação dos projectos de investimento coerentes entre si (acções integradas) e que concorram para a concretização da estratégia”; -----

----- A CCDR responsável pela execução do Plano Regional de Ordenamento do Território onde se inserem as unidades NUTS III objecto da contratualização deverá parecer favorável sobre a coerência entre o Plano de Desenvolvimento e respectivos de investimento e o PROT (...) como requisito para a contratualização” (Nota: até haverá casos em que são CCDR diferentes a dar parecer e a decidir); -----

----- “O órgão de aconselhamento estratégico do respectivo PO deverá apreciar o Plano de Desenvolvimento (da sub-região NUTS III) como requisito para a contratualização” (Nota: os Municípios estão em minoria neste fórum onde tem assento os principais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

parceiros da Região); -----
----- “É desejável que as candidaturas de projectos sejam apresentadas conjuntamente com a proposta de Plano de Desenvolvimento (pois só nesta situação as partes estarão em condições de quantificar com rigor as necessidades de recursos financeiros para assistência técnica aos projectos que forem sendo executados). (Nota: este “desejo” é imprescindível pelos custos e riscos que encerra, e a sua presença no texto do documento define para os contratos com base nos Planos de Desenvolvimento); -----
----- “Nos casos em que não for possível à Autoridade de Gestão apreciar e aprovar a totalidade dos projectos de investimento que integrem o Plano de Desenvolvimento no momento em que o mesmo seja acordado entre as partes, poderá o contrato prever uma reserva temporária de meios financeiros no PO para financiar os projectos de investimento que vierem a ser aprovados mais tarde e as tarefas de assistência técnica que lhes forem inerentes”; -----
----- “ O contrato deverá estabelecer o período razoável para a Associação de Municípios formalizar as candidaturas em falta no momento em que o Plano de Desenvolvimento for aprovado”. -----
----- Dois Cinco Quatro – Trata-se de um modelo extremamente original, completamente diferente do actualmente vigente, e cujo alcance fica certamente por demonstrar. -----
----- É de facto difícil de entender, neste contexto, o que se pretende permitir contratualizar com as associações de municípios: dado que a Autoridade de Gestão aprecia e aprova os projectos, o que restará no contrato para além de tarefas burocráticas e administrativas que estão regulamentarmente a cargo da Autoridade e Gestão. -----
----- Para além de não se visualizar o conteúdo e o objectivo de tais contratos, há varias outras questões que devem ser levantadas: -----
----- Para que a elaboração de um contrato escrito quando isso só é exigido pelos regulamentos comunitários quando há uma efectiva delegação das funções da Autoridade de Gestão num “organismo intermédio” (incluído obviamente a aprovação de projectos) (Nota: o que defendemos é exactamente uma efectiva delegação de funções por contratualização, para a gestão de parcelas dos PO`s, e para isso é necessário formalizar contratos); -----
----- Como é que a Associação de Municípios pode ser penalizada por não atingir os objectivos do Plano se é à Autoridade de Gestão que compete aprovar os projectos a co-financiar? -----
----- Qual a duração dos contratos? Se é assinado na base de um Plano, supõe-se que será plurianual; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

----- Como seria possível apresentar todos os projectos com todos os elementos necessários à sua instrução, logo no início do período plurianual? Parece óbvio que os projectos só ficarão prontos à medida que tenham de ser lançados, de acordo com o calendário do Plano de Desenvolvimento; -----

----- Qual a dificuldade de calcular as verbas de assistência técnica a afectar a cada contrato, na base dos investimentos nele previstos, sem que as candidaturas sejam imediatamente apresentadas e aprovadas? -----

----- Se o contrato tem meios financeiros associados (para co-financiar projectos de investimento e para assistência técnica) que sentido faz haver uma reserva temporária de meios financeiros no PO? A redacção parece indicar que o contrato apenas incluirá verbas para assistência técnica, o que ainda retira mais sentido à ideia de atingir objectivos de desenvolvimento e de ser penalizado se não os conseguir. -----

----- Dois Cinco Cinco – Em conclusão, parece legítimo colocar a questão de saber se há realmente vontade política de cumprir a R.C.M. número vinte cinco barra dois mil e seis no que à contratualização diz respeito. -----

----- Independentemente de orientações que se afiguram irrealistas e das contradições no texto, o modelo parece ter sido concebido para esvaziar os contratos do seu conteúdo político e retirar qualquer interesse ao sistema de parceria instituído em mil novecentos e noventa e quatro; a ideia agora apenas descentralizar a burocracia para as associações de municípios e preservar todo o poder de decisão no poder central. O Governo propõe-se pagar esse serviço, que não lhe interessa efectuar, mas importa ponderar os custos políticos para os Municípios da assunção dessas tarefas, designadamente no novo contexto contratual proposto. -----

----- Esta dúvida quanto ao interesse efectivo em contratualizar – apesar do discurso governamental – é acentuada pela sucessiva adição de requisitos prévios à aceitação do Plano de Desenvolvimento; só desde a última versão do QREN já foram acrescentados mais dois. -----

----- De notar, aliás, que a ANMP deve estar consciente de que , por exemplo, se apenas uma Associação de Municípios de uma região NUTS II decidir desenvolver o processo tendente à contratualização, as restantes associações de municípios (das outras NUTS III) e, ainda, os representantes das universidades ou dos parceiros sociais (a nível da NUTS II) os podem inviabilizar para garantir maior flexibilidade territorial e temática na utilização dos recursos do PO regional ao longo dos sete anos. -----

----- Apesar deste cenário desfavorável, importa assinalar que face ao quadro institucional estabelecido no QREN, a estratégia desde sempre defendida pela ANMP



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

prova correcta: a aposta na contratualização parece ser a única forma de permitir aos municípios alguma programação plurianual de investimentos co-financiados e, ao mesmo tempo, assegurar que uma parte dos recursos do PO regional lhes fica desde logo afecto, fora de uma verdadeira concorrência com a Administração Central. Nesse sentido seria vantajoso apresentar os Planos de Desenvolvimento de Nível NUTS III o mais cedo possível na vigência do programa (i.e. em dois mil e sete), numa altura em que a pressão sobre o PO ainda seja relativamente diminuta. -----

----- De referir ainda neste contexto a dificuldade previsível numa NUTS III que apresente Plano de Desenvolvimento para contratualização, de ver aprovados no PO regional projectos individuais dos municípios dessa sub-região fora do contrato (apesar de essa possibilidade estar prevista no texto do QREN. -----

----- A questão que se coloca é de facto de saber se projectos municipais individuais que não foram considerados de impacto supra municipal pela Associação de Municípios no Plano de Desenvolvimento (e por essa razão não foram contratualizados), o poderão vir a ser mais tarde, pela CCDR (que gere o PO). Na verdade não parece provável que a autoridade de Gestão venha a tomar tal posição quando forem candidatados em separado – e o carácter inter ou supra municipal é condição para serem aprovados, de acordo com as orientações do QREN. Excluem-se obviamente deste raciocínio projectos considerados prioritários pelo Governo e que serão por ele directamente escolhidos (caso das escolas do primeiro ciclo, por exemplo). -----

----- Há pois, que tirar destas considerações quando cada Associação de Municípios elaborar o seu Plano de Desenvolvimento. -----

----- Finalmente, a ANMP continua a apostar no sentido de melhorar o modelo proposto para a contratualização, o que deverá continuar a merecer toda a prioridade durante a discussão pública do QREN e dos programas operacionais. Relembre-se, todavia, que será possível ajustar o texto do QREN nesta matéria em sede de programas operacionais regionais sem que isso crie dificuldades de fundo, por se tratar de matéria marginal para a Comissão Europeia. -----

----- Em Síntese: -----

----- Três Um – Continua a ser desconhecida, e não pode continuar a sê-lo, a definição de conteúdos e fronteiras entre os Programas Operacionais, bem como o que efectivamente irá caber de cada P.O. -----

----- Verifica-se uma inédita possibilidade os diversos Ministérios candidatarem projectos aos P.O. Regionais, num contexto de marginalização dos Municípios na respectiva governação, podendo levar à discriminação dos projectos municipais, os quais poderão ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

preteridos à partida. -----

----- Três Dois – Pela primeira vez em relação aos anteriores Quadros Comunitários de Apoio, o Governo não define uma quota de participação dos Municípios no montante global do QREN, o que, conjugado com o modelo altamente centralizado de governação adoptado, afasta quase totalmente os Municípios de qualquer decisão sobre a afectação de fundos e a aprovação de projectos. -----

----- Três Três – Não estão feitas, tem de ser assegurada, a articulação entre o QREN e o FEADER e o FEP, bem como a explicitação das formas de acesso dos Municípios a estes fundos. -----

----- Três Quatro – O modelo de governação do QREN aprovado pelo Governo afastou quase totalmente os Municípios da gestão e acompanhamento dos diversos Programas Operacionais, num modelo inédito de parceria em que o único parceiro real do Governo é a Administração Central por si gerida. -----

----- Assim, os projectos municipais correm o risco de ficar sempre em desvantagem perante outros beneficiários, decisores sempre em causa própria. -----

----- Três Cinco – O modelo de contratualização com as Associações de Municípios aprovado pelo QREN parece ter sido concebido para esvaziar os contratos do seu conteúdo político e retirar qualquer interesse ao sistema de parceria instituído em mil novecentos e noventa e quatro, parecendo pretender-se apenas descentralizar a burocracia para as Associações de Municípios e preservar todo o poder de decisão ao Poder Central. -----

----- Três Seis – A ANMP manifesta a sua discordância com este modelo centralizador e potencialmente penalizador para os Municípios, que tem constituído um exemplo na boa e eficaz aplicação dos Fundos Comunitários em Portugal. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» O parecer da ANMP, sintetiza aquilo que tem sido tratado pelos autarcas, para a preparação do QREN. Sabemos que a preparação tem sido muito vazia, diria eu, pouco considerada por aquilo que todos Municípios têm reivindicado, enquanto direito que julgam pertencer-lhes no QREN. Há neste momento uma tentativa e uma tendência do Governo para a concentrar a gestão dos Fundos comunitários do próximo quadro, na própria Administração central. Nomeadamente, não vamos seguir a contratualização que até aqui tem feito e tem deixado alguma autonomia na gestão de uma parte dos fundos, aquela que dizem respeito ao Municípios e portanto essa falta de discussão e de abertura no que diz respeito às reivindicações da ANMP, tem sido um princípio. Nós próprios temos vindo a participar em algumas reuniões, por um lado de apresentação dos Fundos, por outro, de discussão ao nível da CCR-Alentejo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

----- Como sabem nos próximos fundos, vamos pertencer ao Alentejo e devo-lhe dizer que confirmo que aquilo que os Autarcas da nossa região defendem para fazer a opção para a ida para o Alentejo, porque apesar de tudo, temos fundos que se podem dirigir a alguns princípios, normalmente que os outros Autarcas defendem. Porque sabemos que a Região do Alentejo é algo desprotegida em relação a Lisboa e Vale do Tejo, e esta última não vai ter fundos significativos à sua disposição, nem tão pouco para os fins a que normalmente os Municípios pretendem destina-los. -----

----- Quero dizer-lhes que o futuro está extremamente condicionado. Neste momento não tem sido revelado pelo Governo, grandes princípios de desconcentração, e não vão haver com certeza. -----

----- Todos nós partilhamos das preocupações que a ANMP aqui nos dá conta. Veja-se que o ofício deles, é de um de Fevereiro, portanto, relativamente recente, direi que daí para cá a única coisa que tem havido, são apresentações públicas dos princípios gerais do QREN. -----

----- Os princípios gerais do QREN, não são mais que o cimentar destas preocupações que dos dou conta. No fundo, na minha opinião é apoiar a posição que a ANMP vem tomando. -----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» O senhor Presidente da Câmara já disse praticamente tudo o que eu tinha para referir. Também consideramos que é uma tentativa centralizadora da Administração Central, relativamente ao Poder Local. Essa tentativa centralizadora será exercida através das Comissões Coordenadoras. Há uma separação pouco clara, entre os vários planos e as candidaturas aos mesmos. Portanto, se é este enquadramento que o actual Governo pretende levar para a frente, e se tiver êxito, será à custa de cercear a autonomia dos Municípios. -----

----- Falta no nosso país um poder regional democrático e um enquadramento que contra balance nestes aspectos os excessos de poderes que a Administração pretende retirar ao Municípios. -----

ANTÓNIO MIGUEL (Grupo do PPD/PSD) »» Sobre o próximo Quadro Comunitário de Apoio, designado por **QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL (QREN) dois mil e sete dois mil e treze:** -----

----- • Sobre a aprovação e apresentação tardia da proposta. -----
O Governo apresentou, finalmente, o QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional dois mil e sete dois mil e treze). É uma aprovação tardia. Esta aprovação já devia ter sido feita até trinta e um de Julho do ano passado. Foi esse o prazo a que o próprio Governo se comprometeu, através da Resolução do Conselho de Ministros (Resolução número vinte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

cinco barra dois mil e seis). Isto significa que o Governo não foi sequer capaz de cumprir os prazos que impõe a si mesmo. -----

----- Mas o mais grave é que esta aprovação tardia tem consequências graves para o País, para o distrito, para as empresas e para a economia. Na prática, isto significa que Portugal não vai ter fundos financeiros da União Europeia em dois mil e sete mas tão só em dois mil e oito. -----

----- Isto significa que os apoios financeiros às empresas só vão chegar daqui a um ano. Isto significa que temos um ano perdido. Um ano perdido, por culpa exclusiva do Governo.

----- Trata-se, por isso, de uma irresponsabilidade. Um País que precisa de relançar a sua economia, que precisa de crescer economicamente para criar riqueza, para gerar postos de trabalho e para convergir com a Europa, não se pode dar ao luxo de cometer erros como este. -----

----- Somos dos Países que mais precisam dos Fundos da União Europeia. E, todavia, somos dos últimos Países a apresentar a Bruxelas o seu QREN. Isto não só não tem explicação, como só pode merecer a nossa condenação. -----

----- • Sobre o conteúdo da proposta do QREN. -----

----- Apesar das linhas gerais de orientação representarem objectivos e princípios consensuais, o importante é a sua concretização prática. -----

----- E, neste quadro, identificam-se algumas objecções de fundo à proposta do Governo. -----

----- Primeiro: uma situação verdadeiramente escandalosa. O Fundo de Coesão vai em larga medida ser utilizado para financiar os projectos da OTA e do TGV. Isto é o contrário do que deve ser. Qualquer Euro do Fundo de Coesão destinado aos projectos da OTA e do TGV é um escândalo. O Fundo de Coesão não é para financiar obras desta natureza. Para satisfazer os caprichos do Governo, o País vai alienar milhões de euros do Fundo de Coesão que eram necessários para muitos outros projectos. Daqui se vê, além do mais, que a propaganda de que a OTA e o TGV se pagavam a si próprios ou que eram responsabilidade dos privados é uma mentira. -----

----- Segundo: uma grave frustração pelo abandono do interior do País. Toda a gente sabe que as desigualdades regionais têm aumentado. Todos os Portugueses conhecem o grau de desertificação e de despovoamento que o interior do País tem conhecido. Nenhum de nós esquece que as sucessivas decisões que o Governo tem tomado – desde logo ao nível do encerramento de serviços – só têm ajudado a prejudicado o interior. Também aqui o distrito de Santarém é um exemplo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

----- Esperava-se, por isso mesmo, que o QREN conferisse uma aposta determinada ao interior. Que o investimento no interior fosse uma prioridade do QREN. -----

----- Pois bem: A frustração é total. Não há no QREN uma intervenção forte destinada especificamente aos territórios do interior do País. Esta é uma omissão grave e com sérias consequências. -----

----- A conclusão é esta: com este Plano não se combate a desertificação nem o despovoamento do interior nem se promove a coesão regional e territorial. É o PS no seu pior. -----

----- Terceiro: uma opção errada pela diminuição da competitividade relativa das empresas nacionais. Na proposta apresentada o Governo assume que não vai aplicar os limites máximos das taxas de incentivo às empresas. A nosso ver, esta é uma opção errada e altamente prejudicial. -----

Isto significa, na prática, que as nossas empresas vão ser prejudicadas na comparação e no confronto com as suas congéneres europeias. Temos empresas com perdas de competitividade. -----

----- Com dificuldades em competirem com as demais empresas europeias. Precisam de recuperar competitividade. Em vez disso o Governo vem agravar a sua situação, penalizando-as ainda mais no confronto com as demais empresas europeias. -----

----- Quarto: uma omissão grave – não considerar o Turismo como uma opção estratégica. -----

----- O Turismo é hoje um dos sectores mais decisivos da nossa economia. É um sector responsável pela elevada criação de riqueza e de emprego, não só no litoral como no interior, e onde o País apresenta grandes vantagens competitivas. O distrito de Santarém também reflecte esta realidade. -----

----- É mesmo um dos sectores mais dinâmicos e estratégicos para o nosso desenvolvimento futuro. Não se compreende, nem se aceita, o carácter estratégico que o Governo atribui à OTA e ao TGV, e se despreze, em termos igualmente estratégico, o turismo. -----

----- Quinto: uma preocupação séria com o Desenvolvimento Rural. Toda a gente sabe que há inúmeras interfaces entre as políticas de desenvolvimento regional e de desenvolvimento rural. O QREN deveria concretizar a forma de articulação com o Programa de Desenvolvimento Rural, designadamente ao nível das regiões. A verdade é que não o faz. Na prática, estamos a falar de dois instrumentos elaborados de costas voltadas um para o outro. Corre-se o risco sério de perder sinergias ao nível de várias partes do território, com todos os prejuízos daí resultantes para as populações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

----- Sexto: uma suspeita preocupante. O Plano de Financiamento apresentado (cinquenta e quatro por cento FEDER; trinta e dois por cento Fundo Social Europeu; catorze por cento Fundo de Coesão) realça o peso atribuído à qualificação dos recursos humanos. -----

----- A opção é boa e tem o nosso apoio. Mas temos sérias suspeitas de que o Governo se prepara para utilizar estas verbas como forma encapotada de disfarçar o desemprego ou até de financiar as despesas correntes do Estado. -----

----- Não há mecanismos previstos que dissipem esta suspeita e a grande tentação do Governo pode ser a de querer disfarçar o desemprego utilizando estas verbas que só devem ser aplicadas na concretização da Estratégia de Lisboa. -----

----- • Sobre o modelo de gestão do QREN. -----

----- O modelo de gestão apresentado é Centralista e Governamentalizado. É mesmo o mais centralista e governamentalizado de todos desde que estamos na União Europeia, há mais de vinte anos. -----

----- A concentração de todo o poder de decisão nos Ministros significa que o Governo se prepara para utilizar parte substancial destes Fundos, em função de critérios partidários, de amiguismo político e em função do calendário eleitoral, em particular as autárquicas de dois mil e nove. -----

----- Esta é uma opção política inaceitável. -----

----- a) É um modelo de governação complexo e excessivamente governamentalizado. Tem vários níveis de intervenção: político, de gestão, de acompanhamento estratégico e de acompanhamento em geral. Este modelo só pode potenciar conflitos entre Ministérios, decisões demoradas e arrastadas no tempo, estruturas duplicadas. É caso para dizer que por aqui não passou o SIMPLEX. Há burocracia a mais e eficácia a menos. -----

----- b) Os Municípios são completamente marginalizados do poder de aprovação dos Programas Operacionais Regionais. Só fazem parte da estrutura de aconselhamento estratégico e não, de forma efectiva, da estrutura de decisão. Isto é um grave retrocesso em relação aos últimos Quadros Comunitários de Apoio, é mais um tique de centralismo e só se traduz em prejuízo para as populações. Merece a nossa firme oposição. -----

----- c) Integram-se nos Programas Operacionais Regionais elevados montantes destinados a financiar acções de “Competitividade, Inovação e Conhecimento”, com as decisões a serem tomadas a nível central pela gestão do PO Temático “Factores de Competitividade”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

----- Assiste-se, assim, a uma centralização sem precedentes da gestão de importantes meios de apoio às empresas e à economia das Regiões, sem que estas tenham qualquer possibilidade de intervenção. -----

----- Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete. O Grupo do PPD/PSD. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Fiz uma apreciação crítica à preparação do QREN enquanto autarca, e pela maneira como eu vejo essa preparação por parte dos autarcas e Associações de Municípios. -----

----- Peço que não confundam a minha intervenção como um apoio a qualquer tipo de crítica s, semelhante à que o grupo do PSD fez. É evidente que admito que o PSD, faça aquela crítica, que é uma apreciação política, que lhe compete fazer, como é lógico. Agora não me passa pela cabeça que o facto de ter uma maior intervenção na gestão das verbas do QREN por parte do Governo, elas não venham a ser aplicadas como deve ser, com proveito para a economia nacional, em geral. -----

----- Fiz esta reivindicação por princípio, porque penso que é uma reivindicação que permite vir a ser utilizada num desenvolvimento equilibrado em todos o Concelhos e não apenas nos centros urbanos de maior importância. -----

----- No Alentejo apresentamos uma proposta que eu diria, que é inexecutável nos termos que lançamos, porque no fundo manifesta uma reivindicação. -----

----- A medida que está destinada à valorização das cidades medias e ao Mundo Rural; que são duas distintas, se fundissem numa só, e digamos, os projectos que tivessem validade, pudessem ser aprovados e executados indistintamente, fossem da Cidade ou do Mundo Rural, porque queremos que os estrangeiros venham a Portugal e achem o nosso país muito bonito na sua globalidade. -----

----- Não me revejo na totalidade do documento do PSD, revejo-me nalgumas críticas que dizem respeito às autarquias, mas não subscrevia de maneira nenhuma o vosso documento. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vou distribuir um documento de apoio a todos os Vogais Municipais, uma vez que se trata de uma questão muito importante para o nosso Município, e para todos os outros. -----

----- Lembro ainda as palavras do Senhor Presidente da Câmara, que: “as opções estratégicas já foram aprovadas em vinte e nove de Janeiro de dois mil e sete”. -----

----- **CINCO:** OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL DE ACORDO COM AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA ALINEA **Q** E **R** DO NUMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS CONJUGADO COM OS ARTIGOS VINTE E SETE E TRINTA E TRÊS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO-----

----- (Intervenção ao abrigo do artigo vigésimo sétimo do Regimento) -----

-----Não houve inscrições. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» – Não há ninguém do público inscrito nos termos do Edital que foi publicado. Como tal a nossa Assembleia vai terminar. -----

----- O SIMPLEX está a funcionar na Assembleia. A acta de Dezembro de dois mil e seis, aprovada no início desta sessão, já está disponível on-line no site da Assembleia. -----

----- Quero desejar a todos vocês e às vossas famílias, um bom fim-de-semana. -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos e não havendo inscrições para o período destinado ao público, deu-se por encerrada a sessão, sendo vinte horas e trinta e três minutos do dia vinte três de Fevereiro de dois mil e sete, lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela assembleia vai ser assinada pelos membros da mesa. -----

----- E eu, Carlos Manuel Russo Mota, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, a subscrevi e mandei lavrar, a qual vou assinar com o Presidente da Assembleia e o Segundo Secretário. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
